

CONGRESSO

ESTADO DE SÃO PAULO

Deputados planejam aumentar os próprios salários em 150%

Wilson Pedrosa/AE—23/9/93

Câmara prepara decreto legislativo que amplia vencimentos de R\$ 4 mil para R\$ 10 mil

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados está preparando, sigilosamente, um projeto de decreto legislativo para aumentar o salário dos parlamentares. A remuneração dos deputados e senadores passaria dos atuais R\$ 4.088,00 para cerca de R\$ 10 mil, o que representaria reajuste em torno de 150%. Para repor as perdas salariais acumuladas desde o início da atual legislatura, os parlamentares precisariam de um reajuste de 87%. O aumento cogitado já está criando constrangimentos para alguns deputados. "Com a anistia a Lucena e um reajuste desses para nossos salários, vou dizer que estou com enxaqueca e vou para a casa", disse o deputado Paulo Bernardo (PT-PR).

O aumento dos salários dos parlamentares é estabelecido pela Constituição, que determina a fixação, pelo Congresso, da remuneração dos próximos mandatários ao final de cada legislatura. Assim, quase a metade dos parlamentares estará legislando em causa própria, pois o projeto deve ser aprovado por um plenário formado por 43% dos deputados e 45% dos senadores que voltam na próxima legislatura.

Em janeiro de 1991, os parlamentares ganhavam US\$ 7,5 mil. Cinco meses depois, os salários atingiam US\$ 8,7 mil, depois de os congressistas concederem para si mesmos o índice mais alto de reajuste diferenciado, dado pelo governo ao funcionalismo.

O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, afirmou que a



Bernardo: "Vou dizer que estou com enxaqueca e ir para casa."

discussão sobre o novo salário ainda está atrelada ao problema da vinculação das outras remunerações pagas pela União, em função do princípio da isonomia, e ao pla-

PERDAS
ATUAIS
EQUIVALEM
A 87%

no econômico do governo. "Não se pode ter uma iniciativa isolada; por isso o assunto está sendo conversado entre os Três Poderes." A Constituição determina que salários de parlamentares, ministros de Estado e

ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) têm de ser iguais (artigo 37º, inciso 10).

A preocupação é que, aumentando o teto salarial desses cargos, seja aberto um espaço para reinvin-

dicações em outras faixas salariais do serviço público. Nos bastidores da Câmara, estuda-se uma fórmula de dar o aumento desejado aos parlamentares sem provocar um efeito cascata nos gastos da União com a folha de pagamentos. É que a resolução 21 de 1992 da Câmara atrela as funções de confiança aos salários dos deputados. Cerca de 700 funcionários do quadro recebem esta função comissionada, que varia de 2% a 30% do teto dos parlamentares. Senado e Tribunal de Contas da União (TCU) têm a mesma vinculação. Outro espinho no bolso dos parlamentares são as estatais. Não há meios legais de se impedir que o aumento do teto do Legislativo não seja automaticamente repassado aos servidores das estatais, até o limite de 90%.